



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A COMPANHIA

A ETEE, é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	581,50
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 183.350.989 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e cinquenta mil e novecentos e oitenta e nove reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 119.904.754 (cento e dezoito milhões, novecentos e quatro reais e setecentos e cinquenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 165.593.732 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil e setecentos e trinta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	2022	2021
• Liquidez geral	3,80	4,01
• Liquidez corrente	4,15	5,82
• Relação patrimônio líquido/ativo	73,71%	75,05%
• Relação passivo não circulante/ativo	18,18%	19,21%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	22,15%	24,95%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	31,20%	35,47%
Ativos totais - R\$	556.076.905	551.692.405
Lucro líquido do exercício - R\$	90.779.532	103.299.329

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Disposmos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Ten"), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e

transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)

Ativo	31/12/2022		31/12/2021		Passivo	31/12/2022		31/12/2021	
	Nota					Nota			
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.459.056	27.000.700		Fornecedores - terceiros		1.081.673	398.093	
Concessionárias e permissionárias	6	17.727.121	16.717.378		Fornecedores - partes relacionadas	23	386.841	555.250	
Contas a receber - partes relacionadas	23	9.154.648	5.699.282		Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	28.478.298	20.624.496	
Adiantamento a fornecedores		81.795	104.270		Outros impostos a pagar	11	1.548.488	1.232.089	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	163.711	3.884.969		Taxas regulamentares	12	5.601.012	4.243.953	
Outros impostos a recuperar	7	562.611	8.029		Outros passivos circulantes	13	8.013.343	4.587.252	
Estoques	8	2.252.756	2.241.977				45.109.655	31.641.133	
Ativos de contrato	9	107.748.005	124.602.759		Passivo não circulante				
Outros ativos circulantes		4.852.103	3.900.947		Outras provisões - compensação ambiental	14	25.613	24.186	
		187.001.806	184.160.311		Provisão para contingências	14	25.695	339.441	
Ativo não circulante					Impostos diferidos	15	101.033.123	105.634.842	
Ativos de contrato	9	243.519.266	241.239.237				101.084.431	105.998.469	
Impostos diferidos	15	80.846.006	91.058.193		Patrimônio líquido				
Depósitos judiciais	10	42.129.981	31.917.794		Capital social	126	101.747.038	101.747.039	
Outros ativos não circulantes		204.006	597.775		Reserva especial de ágio		168.700.301	168.700.301	
Imobilizado		1.946.763	2.317.937		Retenção de lucros		122.456.621	126.626.604	
Intangível		429.077	401.158		Reserva legal		16.978.859	16.978.859	
		369.075.099	367.532.094				409.882.819	414.052.803	
Total do ativo		556.076.905	551.692.405		Total do passivo e do patrimônio líquido		556.076.905	551.692.405	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.747.039	168.700.301	16.978.859	91.272.725	—	—	378.698.924
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	103.299.329	103.299.329
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 16)	—	—	—	—	—	(5.979.358)	(5.979.358)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	—	—	—	(61.966.092)	—	—	(61.966.092)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 16)	—	—	—	97.319.971	(97.319.971)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101.747.039	168.700.301	16.978.859	126.626.604	—	—	414.052.803
Ajuste de capital de acordo com o estatuto da Cia.	(1)	—	—	—	—	—	(1)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	90.779.532	90.779.532
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 16)	—	—	—	—	—	(8.663.933)	(8.663.933)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 16)	—	—	—	82.115.599	(82.115.599)	—	—
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	—	—	—	(86.285.582)	—	—	(86.285.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	101.747.038	168.700.301	16.978.859	122.456.621	—	—	409.882.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE" e/ou "Companhia"), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre Companhias investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000. No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 296 km devido à características do local em que a linha foi implantada. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 285 km devido à características do local em que a linha foi implantada. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000.000 (cinquenta e dois milhões de reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação

a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 119.904.754 (cento e dezoito milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 165.593.732 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 183.350.989 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e cinquenta mil, novecentos e oitenta e nove reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	148.173.335
Custo de operação	18	(11.551.754)
Lucro bruto	19	136.621.581
Despesas gerais e administrativas	19	(7.616.447)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	20	(1.125.906)
Lucro antes do resultado financeiro	20	127.879.228
Resultado financeiro	21	3.170.010
Receita financeira		4.377.374
Despesa financeira		(1.207.364)
Resultado antes dos impostos sobre lucros	22	131.049.238
IRPJ e CSLL correntes	22	(34.127.260)
IRPJ e CSLL diferidos	22	(6.142.446)
Lucro líquido do exercício	22	90.779.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	90.779.532	103.299.329
Outros resultados abrangentes	—	—
Total de resultados abrangentes	90.779.532	103.299.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	131.049.238	149.416.041
Itens de resultado que não afetam o caixa	—	(1)
Juros e variações monetárias dos empréstimos	—	277.687
Depreciação e amortização	19 e 20	540.004
Baixa de imobilizado e intangível	—	10.425
Provisão para perda de crédito esperada	6	961.155
Provisão/reversão para contingências	14	(313.746)
Provisão para medidas compensatórias	—	1.427
Custo de transação de financiamento (Aumento) redução nos ativos	—	23.845
Concessionárias e permissionárias	(1.970.899)	(3.540.276)
Contas a receber - partes relacionadas	(3.455.367)	(3.301.517)
Imobilizado e intangível	60.000	50.701
Ativo de contrato</		



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram às transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, a medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seus resultados registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia

Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 0,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12 Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratuais. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) **Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** - (alteração do CPC 26 (R1)) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido a esta norma está sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) **Definição de Política contábil de "estimativas contábeis"** - (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de

Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de "estimativas contábeis" no lugar de "mudança nas estimativas contábeis", destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022. (c) **Divulgações de políticas contábeis** - (alterações aos CPCs 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 - Demonstração Intermediária): A mudança se refere à inclusão da definição de "políticas contábeis" e à substituição deste termo para "informação de política contábil", a atrelando à materialidade de seus saldos e sua à razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (d) **Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação** - (alteração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes de uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (e) **Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 - Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/IFRS 9 e CPC 11); (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 - Insurance Contracts - (alteração ao CPC 50 - Contratos de Seguro). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	608
Banco	412.359	2.291.780
Aplicações financeiras (I)	44.046.697	24.708.312
	44.459.056	27.000.700

(I) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em grande parte por meio da participação em CDBs e um pequeno montante no fundo de investimento Safrá Executive Max Renda Fixa. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,66% CDI em 2022 e de 102,7% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	15.867.712	14.939.856
Vencidas até 30 dias	27.951	10.938
Vencidas até 60 dias	6.283	854
Vencidas até 90 dias	17.243	1.277
Vencidas há mais de 90 dias (I)	2.808.077	1.803.443
	18.727.266	16.756.368
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (I)	(1.000.145)	(38.990)
	17.727.121	16.717.378

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(38.990)	(76.246)
Reversão	13.771	45.028
Adição (I)	(974.926)	(7.772)
Saldo final	(1.000.145)	(38.990)

(I) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quintarê de junho/2022 ainda não recebidos.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ a recuperar	259	259
IRPJ saldo negativo (i)	120.402	2.686.790
CSLL saldo negativo (i)	43.050	1.197.920
	163.711	3.884.969

Outros impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS /COFINS e CSLL	3.574	3.574
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	428.018	-
ISS a recuperar	4.173	4.173
IRRF retido de clientes	79.957	-
CSLL retido de clientes	22.443	-
Outros impostos a recuperar	24.446	282
	562.611	8.029

(I) A variação se refere aos créditos de saldo negativo que foram utilizados durante o ano de 2022; (ii) IRRF sobre aplicação financeira que será utilizado no decorrer de 2023.

8. ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	2.252.756	2.241.977
	2.252.756	2.241.977

(i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	107.748.005	124.602.759
Não circulante	243.519.266	241.239.237
	351.267.271	365.841.996

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	339.753.257
Receita de O&M (i)	21.607.580
Receita de remuneração (ii)	107.449.740
Recebimentos (iii)	(102.968.581)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	365.841.996
Circulante	124.602.759
Não circulante	241.239.237
Saldo em 31 de dezembro de 2021	365.841.996
Receita de O&M (i)	26.235.052
Receita de remuneração (ii)	110.401.175
Recebimentos (iii)	(151.210.952)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	351.267.271
Circulante	107.748.005
Não circulante	243.519.266

(I) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (ii) Apesar do saldo de ativo contratual ter diminuído ao se comparar dezembro de 2021 com dezembro de 2022, a média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2022 foi superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2021. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual; (iii) Variação refere-se à diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede; • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos

continua ★





EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Judiciais (i)	42.129.981	31.917.794
	42.129.981	31.917.794

(i) Os depósitos judiciais referem-se principalmente aos processos 0361241-27.2010.8.09.0000, no valor de R\$ 1.463.932 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e dois reais), onde discute-se o reconhecimento de auto de infração em uma obrigação tributária, e ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101 no valor de R\$ 40.629.522 (quarenta milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais) que discute o direito de amortizar o ágio decorrente da incorporação da SGBH-E e SGBH-T na ETEE e ETIM. Variação refere-se substancialmente a depósito complementar feito por decisão judicial referente ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101, no valor de R\$ 10.212.187 (dez milhões, duzentos e doze mil, cento e oitenta e sete reais).

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	21.158.093	15.268.029
CSLL (i)	7.320.205	5.356.467
	28.478.298	20.624.496

Outros impostos a pagar	31/12/2022	31/12/2021
PIS	101.025	83.908
COFINS	471.991	389.359
INSS	531.604	381.114
FGTS	210.623	151.666
Imposto de renda retido na fonte	84.642	78.774
ISS	71.192	73.081
Outros	77.411	74.187
	1.548.488	1.232.089

(i) Variação refere-se a créditos retidos de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do exercício de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(813.288)	(959.600)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	105.120	99.739
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	6.309.180	5.103.814
	5.601.012	4.243.953

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 381.659 (trezentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais). (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 657.224 (seiscentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais). (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias (i)	3.409.007	2.143.017
Provisão de Bônus (ii)	3.953.825	2.006.612
IRRF funcionários	650.312	437.443
Outros	199	180
	8.013.343	4.587.252

(i) Variação refere-se ao aumento do quadro de funcionários da Companhia, de salários, das médias (hora extra, promoções e méritos). (ii) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). A variação refere-se à atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais, quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	-	277.776
Servidões	25.695	61.665
	25.695	339.441

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada da seguinte forma:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	277.776	61.665	339.441
Adições e reversões, líquidas (i)	(277.776)	(35.970)	(313.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	25.695	25.695
	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	275.165	61.665	336.830
Adições e reversões, líquidas (ii)	2.611	-	2.611
Saldo em 31 de dezembro de 2021	277.776	61.665	339.441

(i) As reversões ocorreram devido a extinção do risco provável, passando para um risco remoto de acordo com relatório do escritório de advocacia responsável, devido a dois processos administrativos da companhia com a Receita Federal referente a PERDCOMP (15374.951988/2009-42 e 15374.953952/2009-01). (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial. Portanto, não houve conversão de valores em favor da Companhia; e as provisões constituídas referem-se às ações judiciais envolvendo servidão de passagem, e a ações judiciais e processos administrativos fiscais, de inadimplência no momento da compra da Companhia e que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, ambientais e servidão, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Fiscal (i)	7.533.846	8.973.810
Ambiental (ii)	461.214	140.000
Servidão (iii)	1.098.151	1.098.151
	9.093.211	10.211.961

(i) **Processos Fiscais:** A maior variação nos processos fiscais refere-se ao Processo nº 0361241-27.2010.8.09.0000, no qual a ETEE contende com município Orizona, Estado de Goiás, e busca a rescisão de acordo que em sede de embargos à execução fiscal não notou a existência de dois autos de infração lavrados contra uma única infração tributária, fato este que gerou a penhora de dívida fiscal já quitada pela Companhia. O recurso ao Superior Tribunal de Justiça recebeu novo número de identificação processual, diverso, portanto, do número do processo principal, e foi alocada contingência possível no processo referente ao recurso da ETEE. Revendo o processo relacionado ao recurso feito ao referido Tribunal, a ETEE compreendeu pela inexistência do risco possível nele alocado, na medida em que já havia contingenciado o risco no processo principal. Diante disso, a ETEE unificou o processo do recurso como apenso do mencionado processo principal

(Processo nº 0361241-27.2010.8.09.0000), e extinguiu a contingência alocada no processo do recurso feito pela Companhia ao Superior Tribunal de Justiça. O recurso feito encontra-se pendente de julgamento no mencionado Superior Tribunal de Justiça. (ii) **Processos ambientais:** Referem-se a ações administrativas ou judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela Companhia, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. Destaca-se o Processo nº 1001061-88.2017.4.01.3500, com contingência de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) que é uma ação anulatória de auto de infração ajuizada pela Companhia contra multa aplicada pelo IBAMA Goiás, e a Companhia venceu em juízo em Abril de 2018, porém o IBAMA interpôs recurso que aguarda julgamento. (iii) **Servidões:** Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram até o ano de 2028. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

IR e CSLL diferidos	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos ativos (crédito fiscal incorporação)	80.846.006	91.058.193
IR diferido passivo (i)	(64.861.667)	(67.854.124)
CSLL diferida passiva (i)	(23.350.200)	(24.427.485)
PIS e COFINS diferidos	(12.821.256)	(12.353.233)
PIS diferido passivo	(2.283.237)	(2.377.973)
COFINS diferido passivo	(10.538.019)	(10.975.260)
Total	(20.187.117)	(14.576.649)

(i) Variação refere-se à mudança ocorrida em exercícios anteriores em algumas premissas da base de cálculo de apuração (CPC 47 e ICPC 01) gerando impacto no cálculo do imposto diferido. As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	91.058.193	(105.634.842)

	Ativo	Passivo
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	531.978
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212.187)	4.069.741
Saldo em 31 de dezembro de 2022	80.846.006	(101.033.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.270.380	(89.126.856)

	Ativo	Passivo
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(952.239)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212.187)	(15.555.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	91.058.193	(105.634.842)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747.038 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trinta e oito reais) dividido em 101.747.038 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trinta e oito) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021	99,99%	0,01%	100,00%
State Grid Brazil Holding S.A.				
International Grid Holdings Limited				

b. Reserva especial de ágio: A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. **d. Reserva de retenção de lucros:** Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 126.626.604 (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e quatro reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após destinação dos lucros acumulados, pagamento de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio ficando disponível o montante de R\$ 122.456.621 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e um reais). **e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	90.779.532	103.299.329
Base de cálculo para os dividendos	90.779.532	103.299.329
Dividendo mínimo obrigatório	907.795	1.032.993
Juros sobre capital próprio (i)	(8.663.933)	(5.979.358)

(i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 47.945.449 (quarenta e sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago nos meses de agosto e novembro de 2021 totalizando R\$ 48.613.452 (quarenta e oito milhões, seiscentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais). Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 14.020.642 (quatorze milhões, vinte mil, seiscentos e quarenta e dois reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021. Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 5.979.358 (cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 896.904 (oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e quatro reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$5.082.454 (cinco milhões, oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor de juros sobre capital próprio ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 89.546.753 (oitenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais). Em 01 de dezembro de 2022 os conselheiros deliberaram por unanimidade, por ratificar a ata realizada em 24 de maio de 2022 de modo que passe a constar R\$ 86.285.582 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e dois reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022. Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 8.663.933 (oito milhões, seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e três reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.299.590 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e noventa reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$7.364.343 (sete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	159.964.840	170.422.796
Receita de operação e manutenção (i)	26.235.052	21.607.580
Remuneração do ativo de contrato	110.401.175	107.449.740
Outras receitas (ii)	23.328.613	41.365.476
Deduções da receita operacional	(11.791.505)	(10.580.570)
PIS e COFINS correntes	(6.374.344)	(5.268.193)
PIS e COFINS diferidos	531.978	(952.239)
RGR	(3.702.039)	(2.497.862)
TFSEE	(624.939)	(515.219)
P&D	(1.622.161)	(1.347.057)
	148.173.335	159.842.226

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IGP-M apresentou uma tendência de queda recente quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou a patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(6.704.131)	(6.321.092)
Material	(970.644)	(648.884)
Serviços de terceiros	(1.743.242)	(1.364.128)
Custo de operação e manutenção	(912.675)	(980.090)
Gastos diversos	(865.511)	(759.970)
Outros	(355.551)	(218.797)
	(11.551.754)	(10.292.961)

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.995.054)	(3.483.856)
Administradores	(183.769)	(269.744)
Material	(91.354)	(107.150)
Serviços de terceiros	(491.540)	(788.415)
Arrendamentos e alugueis	(133.102)	(114.612)
Doações	-	(725.825)
Provisão/reversão (i)	(961.156)	3.898.306
Tributos	(14.892)	(3.123)
Depreciação e amortização	(369.917)	(199.222)
Despesas de viagem	(494.295)	(141.264)
Patrocínios (ii)	(999.981)	-
Telecomunicações	(161.088)	(153.373)
Outras	(720.299)	(253.798)
	(7.616.447)	(2.342.076)

(i) Valor de 2021, refere-se substancialmente à baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN. Em 2022, o valor refere-se a provisão para perda de crédito esperada do grupo Quintur, conforme nota explicativa 6. (ii) Valor refere-se principalmente a patrocínios de projetos sociais como Fundo Municipal do Idoso e Associação Cultural Armando Prazeres.

20. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas a concessão conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas da prestação de serviços (i)	20.421	790.128
Demais receitas e rendas (ii)	-	102.000
Pessoal	(201.310)	(248.477)
Depreciação	(170.087)	(159.362)
Tributo sobre a receita	(1.889)	(83.945)
Serviços de O&M	(737.666)	(686.712)
Outros	(35.375)	(60.027)
	(1.125.906)	(346.395)

(i) Variação refere-se substancialmente na provisão da receita de dispêndios (reembolso do custo dos estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia Silvéria Transmissora de Energia nos termos do art. 21 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995) que ocorreu no exercício de 2021.



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iii) Valor refere-se a estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia Silvéria Transmissora de Energia nos termos do art. 21 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023. **23.4 Remuneração da administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	340.800	424.293
Benefícios diretos e indiretos	59.850	89.519
Encargos	203.138	237.467
Provisões (13 salário, férias e bônus)	275.489	293.288
Valor total da remuneração	879.277	1.044.567

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados

hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.459.056	27.000.700
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	23	9.154.648	5.699.282
Concessionárias e permissionárias	6	17.727.121	16.717.378

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros	-	1.081.673	398.092
Fornecedores - partes relacionadas	23	386.841	555.250

a. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **b. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **c. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	44.459.056	27.000.700
Contas a receber partes relacionadas	9.154.648	5.699.282
Concessionária e Permissionárias	17.727.121	16.717.378

d. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio.

Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **e. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **f. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	122.100.659	122.100.659
Veículos	Carros	1.848.199	1.109.960
		143.948.858	143.210.619

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas, intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

